

# EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL: A CONSTRUÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE PEDAGOGIA DA TERRA NO MARANHÃO

Raissa Luzia Braga Dias

Bruna Correa de Carvalho

Sumário: Introdução; 1 A história da construção do curso superior de Pedagogia da Terra; 2 Especificidades do curso superior de Pedagogia da Terra; 3 Problemas enfrentados pelo curso Superior de Pedagogia da Terra; Conclusão.

## RESUMO

O presente trabalho visa analisar, inicialmente, pelo contexto histórico da construção do curso superior de Pedagogia da Terra, educação do campo, destacando o surgimento deste projeto, bem como mostrar, analisando a evolução com seus objetivos e suas finalidades inicialmente de tal método posto em funcionamento, este do qual visa educação voltada para os assentados da Reforma Agrária, vinculadas ao MST e outros movimentos através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA- que vem desenvolver ações voltadas para os assentados da Reforma. Tal análise irá mostrar que o mesmo vem necessitar de reparos, pois está precisando de maior atenção e ajuda por parte daqueles que contém o poder político, deixando de lado o caráter conservador. Em seguida pretende-se mostrar as especificidades do curso, pois o mesmo funciona de forma diferente de tempo regular das universidades. Finalizando o trabalho pretende expor tais problemas que são enfrentados pelo curso com seus principais agentes.

Palavras – chaves: Pronera; Curso Superior de Pedagogia de Terra; Educação do Campo.

## INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa tem por objetivo explanar sobre a construção do curso superior de Pedagogia da Terra no Maranhão, trazendo discussões sobre as especificidades do público alvo desse curso, questionando a importância do respeito a essas especificidades na educação. Levando, indispensavelmente, a uma análise do universal frente ao particular. A importância desse tema está em discutir aspectos relevantes para a educação brasileira, a qual é possuidora de uma imensa diversidade social, que em grande parte não recebeu a atenção necessária por muitos anos, especificamente, neste projeto de pesquisa, tratar-se-á daqueles que são atendidos pelo Projeto Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), uma parcela do povo brasileiro que está ligado aos movimentos de questão agrárias, que serão tratados de forma mais profunda ao decorrer do trabalho.

.No item um será retratada a história do curso, percorrendo sobre o seu surgimento, como ocorreu, os motivos impulsionadores para a concretização do curso superior de Pedagogia da Terra e todos os aspectos relevantes para melhor compreender o seu nascimento, devendo, então, falar sobre os órgãos e projetos que permearam essa criação. Falar-se-á também de qual público pretende-se alcançar, relatando sobre características dos mesmo para clarear as especificidades que serão discutidas no próximo item.

No item dois abordar-se-á sobre a importância do respeito as especificidades no âmbito educacional, para depois falar de quais especificidades estão presentes no curso superior de Pedagogia da Terra, correlacionando a educação com a diversidade cultural que está presente nesse curso superior oferecido pelo Pronera.

No item três expor-se-á os problemas enfrentados pelo retratado curso superior, de que forma esses problemas interferem na criação do curso e ao decorrer do mesmo. Discutindo as consequências para com aqueles que estão inseridos no curso e para as suas comunidades.

O curso superior de Pedagogia da Terra é possuidor do critério indispensável para melhor atender àqueles que possuem particularidades culturais e especificidades de vida e de luta, os quais merecem reconhecimento, pois foram longos os anos de negação ao direito à educação desse teor para a população do campo por parte do Estado. A partir dessa perspectiva, é notável a importância do presente trabalho, o qual traz um tema que trata de um direito indispensável, que é a educação, mas expondo o lado que dificilmente é lembrado, e que como citado, por muitos anos ficou esquecida pelo Estado, dessa forma, a discussão da importância ao respeito as especificidade no âmbito da educação é extremamente interessante para todos os indivíduos que compartilham deste direito.

## 1 A HISTÓRIA DO CURSO SUPERIOR DE PEDAGOGIA DA TERRA

O curso superior de Pedagogia da Terra no Maranhão é uma ação dentro do Pronera, por isso, é necessário entender como funciona esse programa para depois discutir sobre o surgimento do curso superior de Pedagogia da Terra.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) é uma política do Governo Federal, que é executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O seu objetivo é aumentar os estágios de escolarização formal dos trabalhadores assentados da Reforma Agrária, incidindo tanto para os homens quanto para as mulheres. O Pronera vem ganhando força como um significativo instrumento de democratização do conhecimento no âmbito do campo, visto que, traz uma proposta que visa apoiar o desenvolvimento de projetos de escolarização formal em todos os níveis de ensino.

Para uma melhor compreensão vamos citar a visão sobre Educação no Campo aos olhos de Amaral (2007):

Falar em educação do campo é pensar numa educação voltada para os atores sociais que vivem no campo, uma educação diferenciada que atenda a demanda desta população, com métodos e formas de lidar com esta realidade de uma forma especial. Não se pode esquecer que a vida no campo e, no caso, de um assentamento de reforma agrária, tem todo seu significado, cada indivíduo possuindo uma história de vida, uma história de luta particular, que não pode ser ignorado. (AMARAL, 2007, p.27)

O Pronera surge em 1997, porém se insere nas universidades somente em 1998. No início do ano de 1990 os movimentos sociais começaram, junto com as universidades, a pensarem formas de exigir os direitos, no caso, o direito à educação para essas comunidades, que até hoje são negados. Existem, no Maranhão, áreas que não possuem escolas de nível médio suficiente para atender a demanda existente, a partir dessa premissa, em 1997 foi realizado o primeiro encontro nacional da Reforma Agrária, chamada de Enera, que ocorreu no Distrito Federal, na Universidade de Brasília. O reitor da universidade, em conjunto com outras pessoas que militam na área da educação do campo, da Reforma Agrária, juntamente com o Movimento dos Sem Terra (MST), o qual foi de fato aquele quem mais instigou essa mobilização.

A mobilização que se concretizou no encontro chamado Enera, recebeu a denominação de Movimento "Por uma Educação no Campo", esse movimento sinalizou a perspectiva para criar um programa que buscasse atender os assentados da Reforma Agrária. Esse

programa nasce orientado pelas universidades em conjunto com os movimentos sociais, tendo o Governo Federal como parceiro, dessa forma, este programa não é criado dentro da esfera governamental, sendo assim, um projeto criado dos movimentos sociais, portanto da sociedade para o âmbito do Governo Federal. Dessa forma, hoje o Pronera está sob jurisdição do INCRA no MDA.

O Pronera recebe financiamento do MDA, e por que esse projeto não está no Ministério da Educação? Porque os movimentos que militam em torno da questão agrária só acreditam que o processo de Reforma Agrária só terá sentido se atrelado a um projeto de educação. O campo, somente com a Reforma Agrária não possui sentido, necessitando de outras políticas públicas, tais como: saúde, moradia, segurança, educação etc. Dessa forma, a luta pela Reforma Agrária desses movimentos sociais, especificamente do MST, está atrelada à luta pela educação, sendo assim, o Pronera se encontra dentro do MDA e o INCRA possuiria o papel de realizar a Reforma Agrária no Brasil. Essa necessidade de associação do processo de Reforma Agrária com a educação é afirmado por Fernandes (2006, p. 28), de “um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo”.

A concretização da inserção do Pronera nas universidades, como já dito, ocorreu no ano de 1998, criando vários cursos, desde a alfabetização até a pós-graduação. No Maranhão, a história do Pronera começa com os Cursos de Alfabetização e Curso de Magistério em Nível Médio, os alunos que participavam desses cursos geraram uma demanda, precisando, então, pensar em um horizonte, surgindo a partir dessas premissas o Curso Superior de Pedagogia da Terra, o qual daria continuidade a esse processo educacional. No primeiro momento, o curso atendia dois movimentos sociais, a Associação em Áreas de Assentamento (ASSEMA) e o MST, depois se pensou nas necessidades de buscar outros povos, então, buscou-se a articulação dos Indígenas e, também, com as Comunidades Tradicionais Quilombolas. Os Indígenas não ficaram no projeto, pois o MEC criou um projeto específico para eles, levando os mesmos a saírem da parceria, ficando somente os quilombolas. Dessa forma, o público alvo do curso superior de Pedagogia da Terra são as pessoas assentadas da Reforma Agrária, vinculadas ao MST ou ASSEM e outros movimentos sociais, como os Cáritas, e os povos das comunidades tradicionais quilombolas.

## 2 ESPECIFICIDADES DO CURSO SUPERIOR DE PEDAGOGIA DA TERRA

O curso superior de Pedagogia da Terra possui especificidades, que objetivam melhor atender o seu público alvo, adaptando o curso as necessidades advindas dos mesmos. Essa preocupação para com o respeito às especificidades pode ser identificada no programa que abrange esse curso superior, que é o Pronera, esse visa desenvolver, por meio de projetos específicos em todos os níveis de ensino, tendo como base a diversidade socioterritorial e cultural, os processos de transformação e integração do campo, gestão democrática e o avanço científico e tecnológico.

Fernandes (2002, p.97), afirma a importância do respeito às raízes e origens dos educandos/as, princípio esse que o autor julga como fundamental, perceptível na seguinte passagem:

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos,

idealizamos um mundo, vivemos um não-lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.

O Pronera possui princípios que orientam as suas ações educacionais, que se constituem em três princípios. O primeiro é o do Diálogo, o qual traz a garantia de uma dinâmica de aprendizagem e ensino, e que busque assegurar o respeito à cultura do grupo, valorizar os diferentes modos de saberes e, também a produção coletiva do conhecimento. O segundo é o da Práxis, que é uma construção do processo educativo que tenha como fundamento o movimento de ação-reflexão-ação e a meta de transformação da realidade. O terceiro é o da Transdisciplinariedade, que é construir um processo educativo que corrobore para a articulação entre os saberes locais, regionais e globais, para assim, garantir a livre passagem entre os campos dos saberes e dos conhecimentos. Percebe-se, então, que o curso superior de Pedagogia da Terra, que é um dos projetos concebidos pelo Pronera, e que, dessa forma, esse curso está em concordância com todos esses valores e princípios defendidos pelo seu programa criador, o qual sempre está defendendo o respeito às especificidades dos povos atendidos.

O funcionamento desse curso possui tempo diferente do tempo regular da universidade, essa é uma de suas especificidades, existindo dois tempos, que se chamam Tempo Escola e Tempo Comunidade. O primeiro, também pode ser chamado de Tempo Presencial, pois nele os alunos saem de suas comunidades e passam de trinta a quarenta dias em escolarização. O segundo acontece depois do Tempo Escola, no qual o aluno e os monitores (que são estudantes universitários, também), esse vai fazer o acompanhamento do aluno em subpolos dependendo da localização geográfica. É feito, durante um período agendamento para realizar-se todas essas atividades, visto que, é necessário esse planejamento com os alunos, os quais fazem parte de movimentos sociais, pois eles possuem outras agendas além da acadêmica, tais como a agenda da colheita, agenda da militância e entre outras, por isso é feito um calendário respeitando essas especificidades. O currículo do curso superior de Pedagogia da Terra tem alguns pontos semelhantes aos currículos dos cursos regulares de graduação, pois, quando se fala em especificidade a pretensão não é fugir daquilo que é fundamental para um curso de licenciatura, porém, existem algumas disciplinas que os demais cursos não oferecem, sobretudo discutindo os temas mais próximos da questão agrárias, da educação do campo, discussões específicas sobre a questão da militância, dessa organicidade interna, da auto-organização, tudo isso difere das propostas já apresentadas pelo universo educacional.

Diante das especificidades expostas, é perceptível a necessidade de realizar uma análise das contradições reais, porém essa análise não deve se limitar apenas ao campo pedagógico, deve ir além, abrangendo toda a dimensão que constitua as pessoas. Caldart (2005) discorre sobre o assunto:

A Educação do Campo assume sua particularidade, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classes, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade: antes (durante e depois) de tudo ela é educação, formação de seres humanos. Ou seja, a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mais amplamente, com a formação

humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas *com* ele, nem muito menos *para* ele. (CALDART, 2005, p.18).

A educação é um Direito Universal, mas somente a educação não traz resultados positivos, principalmente quando se trata de atender povos que necessitam de especificidades. A educação presente comumente nas sociedades é aquela imposta pelas classes dominantes, que não respeita, em sua totalidade, as particularidades dos indivíduos, dificultando a sua ampla compreensão, limitando-se àquelas que estão inseridos nessa classe dominante, que tem como maioria a elite, dessa forma, torna-se difícil aprender conteúdos que não estão ou não estiveram presentes no cotidiano do indivíduo que irá receber essa educação universal. Um significativo exemplo, é percebível nas escolas, quando alunos, normalmente de classes inferiores, não tiveram acesso a música culta, ou à literatura, tendo assim, maior dificuldade de aprendizagem perante aquele que obteve contato. Dessa forma, é inegável a importância do respeito as especificidades de cada povo, principalmente no tocante a educação. Caldart (2005) se expressa sobre essa importância:

Compreender o lugar da escola na Educação do Campo é compreender o tipo de ser humano que ela precisa ajudar a formar e como pode contribuir com a formação de novos sujeitos sociais que vêm se constituindo no campo hoje. A escola precisa cumprir sua vocação universal de ajudar no processo de humanização das pessoas e com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva. Ao mesmo tempo é chamada a estar atenta à particularidade dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações de trabalhadores e de militantes sociais. (CALDART, 2005, p. 37).

### 3 PROBLEMAS ENFRENTADOS PELO CURSO SUPERIOR DE PEDAGOGIA DA TERRA

A educação no Brasil mesmo sendo afirmada pela constituição da carta maior de 1988, historicamente não possui esta esfera discorrida como deveria se permitindo que este fique em segundo plano. O Pronex, sendo um Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, infelizmente, ainda conta com a participação de um grande problema por parte da limitação dos recursos que são disponibilizados. Durante alguns períodos a grandes cortes no âmbito educacional é feito levando assim a grandes dificuldades na execução do curso e obrigando-os a brutais paradas no decorrer do ano.

Além do atraso que se tem para com o repasse desses recursos, a precariedade na gestão das ações, a morosidade na realização de análises e definições de encaminhamentos, acarretando o atraso no repasse de recursos, com a conseqüente quebra de continuidade dos cursos, aprofundando as dificuldades em relação à assimilação dos conteúdos ministrados, assim como elevando o índice de evasão escolar, levando-os assim a utilizarem o que foi disponibilizado no ano anterior para este ano e o deste ano será utilizado para o próximo já que o pouco recurso que recebem só chega ao final do ano e assim vai sendo levado. Com essa grande limitação financeira, os responsáveis pela organização deste projeto ficam incumbidos de trabalhar com maior empenho sendo tudo mais rápido para que o recurso não seja devolvido. Dessa forma, esses problemas de ordem financeira, levam a conseqüências, como por exemplo a longa parada do curso e a redução do número de turma, que atualmente são duas, e inicialmente consistia em quatro turmas.

Esta proposta é apresentada pela própria comunidade assentada, a qual passa a perceber a educação como direito e a exigir do Estado o acesso a este direito, esse do qual em

ocasião alguma deveria ser negado a qualquer que seja a pessoa. Os presumidos teóricos do Pronera possuem como base uma grande valorização na diversidade cultural assim relacionando-se e modificando o campo.

Além destes problemas financeiros, podemos citar também a criminalização dos movimentos sociais. O projeto tem como base objetiva, do qual se trabalha com os movimentos, como o MST. A mídia vem a ser o primeiro destaque de uma imagem distorcida dos sem terras, sendo esta uma imagem bastante negativa do qual influencia gradativamente no desenvolver deste projeto. Uma imagem de criminosos é transferida através da mídia, por extensão do Governo Federal e diversos órgãos que estão ligados ao Governo, pois estes movimentos sociais, especialmente os de confrontos, pelo fato de estar indo em busca de exigências que são suas por direitos, acabam sendo confundidas e transferidas pela mídia de maneira distorcida e exagerada, deixando em um quadro bem difícil aqueles que conhecem a verdadeira realidade e sabem o quanto é direito também do MST possuir este ensino, transformando o projeto em uma luta pela educação.

Com as lutas do MST para com os seus direitos inicia-se uma criminalização do movimento diante da mídia, em que o MST surge como os inimigos. Porém não se é lembrado que as violências vêm das instituições do próprio sistema de segurança pública, tendo um conflito por direitos. Essa criminalização é vista pelo afastamento político do estado diante das questões sociais gerando uma desigualdade entre ordem jurídica ideal de Estado Democrático de Direito e a realidade política. Hoje os Direitos Humanos são tratados pelo senso comum como do "coisa de bandido", tal afirmação esta intrinsecamente ligada a criminalização dos movimentos sociais, em especial a do MST, que ver constantemente seus membros oprimidos, criminalizados e desrespeitados.

#### CONCLUSÃO

A educação é um direito de todos disposto pela constituição do qual é possuidor de uma grande obrigação para o avanço do país, assim sendo a escola deve se constituir de forma abrangente, séria e que responda para as necessidades em geral, incorporando as diversidades de cada povo. Voltando-se para o tema do presente trabalho, é uma garantia para ampliar as possibilidades de criação e recriação de condições de existência da agricultura familiar e/ou camponesa, visto que, o curso visa atender o público do Projeto Nacional de Educação da Reforma Agrária.

Nesse sentido, o trabalho buscou entender a educação através de ótica universal e particular, ao trabalhar o tema: A construção do curso superior de Pedagogia da Terra, pois ele é um exemplo de curso que visa atender especificidades, e partir disso, discutiu-se a importância de respeitá-las, como é colocado em prática esse ensino diferenciado, os seus objetivos, o público a ser contemplado, de onde vem os recursos, quais órgãos e projetos apoiam, ou seja, uma análise de tudo que foi necessário para a existência desse curso superior.

Depois de entender a história da construção deste curso superior de Pedagogia da Terra, explanou-se sobre as dificuldades enfrentadas pelo mesmo durante a sua criação e as que são, ainda, enfrentadas ao decorrer do curso, como no tocante a recursos, apoio e criminalização dos movimentos que participam deste projeto. Discutindo, também, sobre as consequências para aqueles que estão inseridos no projeto, como por exemplo o longo período que ficam afastados das salas de aula, ou até mesmo do corte sobre o número de turmas que seriam criadas para atender a demanda necessária do curso.

Percebeu-se, ao final deste trabalho, que o sentido deste projeto, que nesse caso é A Construção do Curso Superior de Pedagogia da Terra, é buscar a construção um verdadeiro sentido nos movimentos sociais e sindicais, modificando de forma organizada para exigir e garantir uma educação de qualidade para assentados da Reforma Agraria. Assim, a educação do campo pode permitir a interação de indivíduos e com materiais que os ajudem em suas "lutas". Servindo, esse curso superior, para dar continuidade a uma demanda a qual já usufruía de outros programas educacionais proporcionado pelo Pronera, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o ensino médio e técnico profissionalizante, esses os quais darão continuidade aos seus estudos através desse curso superior e que, futuramente irão contribuir para esse projeto continuar, ajudando, dessa forma, as suas próprias comunidades.

#### REFERENCIAS

- AMARAL, Débora Monteiro do. Educação em Assentamento de Reforma Agrária Assentamento Bela Vista do Chibarro (Araraquara). 2007. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Educação e Metodologia de Ensino, 2007.
- CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo. Ed 2ª. Brasília, 2005.
- DINIZ, Débora. Valores universais e direitos culturais. In: NOVAES, Regina (Org.). Direitos humanos: temas e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2001
- LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2002
- LIMA, Roberto Kant de; NOVAES, Regina Reys (Orgs.). Antropologia e Direitos Humanos. Niteroi: EdUFF, 2001
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA: Manual de Operações. Brasília, INCRA, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar. os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Introdução
- WALLERSTEIN, Immanuel. O universalismo europeu: a retórica do poder> São Paulo: Boitempo, 2007.